

## **Manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600 até dezembro**

É bom para o povo, para a economia e para o Brasil

As Centrais Sindicais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST, CGTB, Intersindical, CSP-Conlutas, Intersindical Instrumento de Luta e Pública, seus sindicatos e entidades, apresentam a proposta para que o Congresso Nacional vote a Medida Provisória 1000 e, ao mesmo tempo, restitua o valor de R\$ 600 para o Auxílio Emergencial (R\$ 1.200 para mãe chefe de família).

A Medida Provisória 1000 corta o auxílio emergencial pela metade, reduzindo-o a R\$ 300, restringindo ainda mais a capacidade de milhões de famílias brasileiras enfrentarem as consequências da crise sanitária causada pela pandemia do Coronavírus, em especial o desemprego e a perda de renda do trabalho. A redução do auxílio compromete gravemente a capacidade de as famílias garantirem alimentação, moradia, transporte e outros bens de consumo básicos.

O auxílio emergencial de R\$ 600,00 aprofundou o consumo básico de mais de 65 milhões de trabalhadores e trabalhadoras informais, fomentou a atividade nas empresas e protegeu milhões de empregos, fazendo a roda da economia girar, impedindo, assim, que uma crise econômica ainda maior se instalasse no país. Mais de R\$ 230 bilhões já foram mobilizados para financiar esse auxílio e teve um impacto positivo na massa de rendimentos das famílias que, transformada em consumo, foi capaz de sustentar mais de 2% do PIB brasileiro em 2020. Há também impactos positivos sobre as receitas fiscais de municípios, dos Estados e da União e Previdência Social.

Sairemos dessa grave crise sanitária e econômica se formos ousados e tivermos capacidade efetiva de atuar juntos. Cabe ao governo federal articular e coordenar os esforços de enfrentamento da crise sanitária, contudo, o governo atua no sentido contrário, o que significa milhares de vidas perdidas por COVID19, mortes que poderiam ter sido evitadas.

Cabe ao Estado mobilizar os recursos públicos, com impostos progressivos e taxando os ricos, para garantir renda básica para todos que necessitem, bem como mobilizar investimentos à retomada das milhares de obras paradas, para a expansão da nossa infraestrutura econômica e social, orientando para um desenvolvimento produtivo ambientalmente sustentável, justo e solidário.

Desenvolvemos uma Campanha Nacional nas bases sindicais, nos movimentos sociais e organizações para manter o auxílio emergencial de R\$ 600 até dezembro.

Conclamamos parlamentares e partidos para um amplo diálogo social compromissado com a nação brasileira, com o desenvolvimento econômico sustentável, com a justiça social, diálogo esse que deve agora materializar-se na manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600 até dezembro.

Setembro de 2020.

**Sérgio Nobre**, Presidente da CUT - Central Única dos Trabalhadores

**Miguel Torres**, Presidente da Força Sindical

**Ricardo Path**, Presidente da UGT - União Geral dos Trabalhadores

**Adilson Araújo**, Presidente da CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

**José Calixto Ramos**, Presidente da NCST - Nova Central Sindical de Trabalhadores

**José Avelino Pereira**, Presidente da CSB - Central dos Sindicatos Brasileiros

**Joaninha de Oliveira**, Secretária Executiva Nacional da CSP - Conlutas

**Ubiraci Dantas Oliveira**, Presidente da CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

**Nilza Pereira de Almeida**, Secretária de Finanças - Intersindical - Central da Classe Trabalhadora

**Emanuel Melato**, Coordenação da Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora

**José Gozze**, Presidente da Pública Central do Servidor